



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1856276 - MG (2020/0002678-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : J A C
ADVOGADOS : GUILHERME COELHO COLEN - MG064576
MARCELO PEIXOTO DE MELO - MG080955

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 167):

EMENTA: APELAÇÃO - ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. PRELIMINARES: EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO - DESCABIMENTO - NULIDADES - ERROR IN PROCEDENDO E CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - MÉRITO: MATERIALIDADE E AUTORIA - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONTRAVENÇÃO PENAL ESTATUÍDA NO ART. 65 DO DECRETO-LEI 3.688/41 - NECESSIDADE - CONTRAVENÇÃO PENAL PREVISTA NO ART. 65 DO DECRETO-LEI 3.688/41 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PELA PENA APLICADA - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1- O art. 117, V, do Código Penal dispõe que a Prescrição se interrompe na data da publicação da sentença condenatória recorrível, e não da decisão que rejeitou os Embargos de Declaração eventualmente opostos. 2- Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o Tribunal deve decidir desde logo o mérito, quando constatar a omissão no exame de um dos pedidos, hipótese em que poderá julgá-lo. 3- O art. 400, §1º, do Código de Processo Penal dispõe que se as diligências forem fundamentadamente indeferidas, por ser irrelevantes ao deslinde da Ação Penal, impertinentes ou protelatórias, não se caracteriza o Cerceamento de Defesa. 4- A Contravenção Penal inculpada no art. 65 do Decreto -Lei 3.668/41 caracteriza-se quando demonstrada a intenção de se molestar ou perturbar a tranquilidade alheia, sem o intuito de satisfazer a lascívia. 5- Se entre a data do recebimento da Denúncia e a data da publicação da r. Sentença Penal Condenatória transcorreu o prazo prescricional previsto na lei para o delito, imperiosa a Extinção da Punibilidade, pelo reconhecimento da Prescrição da Pretensão Punitiva, na modalidade retroativa..

Interpostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fls.

Nas razões do recurso especial, alega a parte recorrente violação dos artigos 18, inciso I, 59, 214 c/c 224, alínea "a", do CP, e do art. 65 da Lei das Contravenções Penais. Sustenta que o ato de o acusado ter passado a mão nos seios e na genitália da vítima, bem como ter colocado a mão da ofendida em seu pênis, configura o crime do art. 214 c/c 224, alínea "a", do CP, uma vez que tipifica ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 577/590), o recurso foi admitido (e-STJ fl. 592/595), manifestando-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 606/615).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece acolhida.

O Tribunal a quo, ao desclassificar a conduta do art. 214 c/c 224, alínea "a", do CP para a da contravenção penal do art. 65 da Lei das Contravenções Penais, consignou (e-STJ fls. 498/500):

Isso porque apesar de moralmente reprovável, a conduta do Apelante J A C (2º) não configura o crime que era previsto no art. 214, c/c art. 224 "a", do Código Penal - constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal (mediante violência presumida) -, mas, sim, a Contravenção Penal insculpida no art. 65 do Decreto -Lei 3.688/41, que assim dispõe:

[...]

Nessa senda, embora haja proximidade de conceitos entre as duas infrações penais (crime de atentado violento ao pudor e contravenção penal de perturbação da tranquilidade), a diferença subsiste na maneira de agir do Infrator, tendo em vista que no crime estatuído no art. 214 do Código Penal, o Agente possui a intenção de praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal com a Vítima.

[...]

Ressalte-se que se extrai do arcabouço probatório, notadamente das declarações Judiciais da Vítima Q.H.D.M.S., que o Apelante J A C (2º) teria passado a mão dos seios e vagina da Menor, além de pegar a mão da infante de colocá-la no pênis, tudo isso de forma superficial, isto é, por cima das vestes do Réu e da Ofendida.

Acredita-se a isso, ainda, que das provas orais angariadas no decurso da instrução processual é possível inferir que a suposta ação do Apelante se deu em reduzidíssimo espaço de tempo, haja vista que, segundo consta, Q.H.D.M.S., imediatamente após o acontecido, teria se desvencilhado de J A C (2º) e saído correndo do local.

[...]

Nesse contexto, verifica-se que não obstante o Apelante supostamente tenha tocado no órgão genital da Vítima e feito com que Q.H.D.M.S. tocasse em seu pênis, não ficou evidenciada a intenção (animus) de J A C (2º) de

praticar ato libidinoso de forma forçada.
[...] (grifos nossos)

Ora, ao que se nota, o acórdão recorrido está fundado em contexto fático extraído de provas válidas, regularmente submetidas ao crivo do contraditório, da ampla defesa no curso da instrução criminal e do devido processo legal.

Ora, desconstituir as conclusões alcançadas pelo Tribunal de origem, com fundamento em exame exauriente do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, no intuito de abrigar a pretensão da acusação, demandaria necessariamente aprofundado revolvimento do contexto de fatos e provas, providência vedada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC e no art. 255, § 4º, inciso I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator